Ata

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS – EPAMIG
Manifestação quanto ao Plano de Custeio e Investimento para 2027 e
Deliberação das Contas do 2º Trimestre de 2026

No dia 14 do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, às 15 horas, o Conselho Fiscal da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG reuniu-se virtualmente, por meio de plataforma Google Meet, para deliberar sobre: manifestação quanto aos planos de investimento para o exercício de 2027, em observância ao estabelecido no Estatuto Social da EPAMIG; e deliberação das contas do 2º trimestre do exercício de 2026. Registra-se a ausência justificada da Presidente do Conselho Fiscal, Sra. Camila Pereira de Oliveira Ribeiro, por motivo de viagem a trabalho. Assumiu a presidência dos trabalhos o Conselheiro Suplente mais antigo, Sr. Warley Couto, devidamente designado nos termos do artigo 5º e do artigo 38 do Regimento Interno da EPAMIG. Participaram as membros titulares do Conselho Fiscal Sra. Ana Costa Rego, Conselheira Titular; e Sra. Erika Xavier Antônio. Participaram, ainda, pela EPAMIG, o Sr. Leonardo Brumano Kalil, Diretor de Administração e Finanças – DRAF; a Sra. Adriana Valadares Caiafa, Chefe da Auditoria Interna; a Sra. Polliette Alciléia Leite, Chefe do Departamento de Gestão e Finanças; a Sra. Luciana Paula Xavier Ribeiro, Chefe da Divisão Contábil Fiscal; o Sr. Maicon Xavier, Chefe de Departamento de Contratos, Convênios e Orçamento; e os Assessores Técnicos II Flávia Rigueira Abou-Id e Geraldo de Moura Leite Neto. Passada à primeira pauta, referente à manifestação quanto ao Plano de Custeio e Investimento para o exercício de 2027, foi esclarecido que a apresentação ao Conselho Fiscal ocorreu previamente à aprovação das instâncias governamentais, em atendimento ao Estatuto Social da EPAMIG. A Auditoria Interna destaca que, diferentemente dos exercícios anteriores, o planejamento foi encaminhado ao Conselho em tempo hábil para conhecimento, análise e manifestação dos Conselheiros. O Sr. Leonardo Brumano Kalil apresenta as considerações gerais sobre o cenário econômico-financeiro da Empresa, destacando que o resultado contábil negativo observado no trimestre foi influenciado, principalmente, pela provisão relacionada a ação trabalhista envolvendo engenheiros, cujo valor atualizado se situava na ordem de R$ 11,0 milhões a R$ 11,5 milhões. Informou que, em razão de decisão recente, a obrigação foi reclassificada para precatório, circunstância que posterga o desembolso e reduz o risco imediato de caixa. Ressaltou, ainda, a conjuntura operacional da Empresa, com expectativa de produção e comercialização de café, resultado do evento Minas Láctea superior a R$ 3 milhões, economia aproximada de R$ 600 mil na aquisição de insumos e arrecadação superior a R$ 1 milhão em leilões de sucatas. Informou, também, que o orçamento para 2027 alcança patamar recorde, na ordem de R$ 213 milhões a R$ 214 milhões, com investimentos estimados em aproximadamente R$ 78 milhões. Na sequência, o Sr. Maicon Xavier apresenta o Plano de Custeio e Investimento para 2027, elaborado com base na proposta orçamentária do exercício. Informa que a proposta orçamentária totaliza aproximadamente R$ 214.003.500,00, contemplando cerca de R$ 134 milhões destinados às despesas de pessoal e aproximadamente R$ 32 milhões em despesas de capital. Foram apresentados os fundamentos legais e institucionais do plano, as fontes de recursos, as unidades experimentais e os principais investimentos previstos. Quanto às fontes de recursos, destacou-se a previsão de aproximadamente R$ 55 milhões vinculados aos recursos constitucionais da educação, entre custeio e investimento, dos quais R$ 26.969.000,00 correspondem à investimentos previstos em ações, obras e equipamentos relacionados ao ensino e à assistência estudantil. Foram também apresentados recursos do Tesouro, convênios e recursos próprios, incluindo instrumentos com o Banco do Nordeste – BNB, cuja execução foi retomada após a regularização de prestações de contas, além de recursos relacionados à contratação de serviços terceirizados.No tocante aos recursos próprios, foram ressaltados os resultados obtidos com o evento Minas Láctea e com os leilões, que possibilitaram a destinação de recursos para infraestrutura e laboratórios. Foram mencionados, entre outros, investimentos em laboratórios no Campo Experimental de Maria da Fé, a implantação de três cursos técnicos/tecnológicos, com previsão de aproximadamente R$ 13 milhões em infraestrutura, e o projeto desenvolvido com a CEMIG/CPqD, envolvendo usinas fotovoltaicas nos campos experimentais e pesquisas sobre produção de alimentos sob placas fotovoltaicas. Em relação ao projeto com a CEMIG, o Conselho questionou o cronograma de

desembolso e reembolso, tendo em vista a necessidade de preservar o fluxo de caixa da Empresa. O Sr. Maicon Xavier esclareceu que houve negociação com a CEMIG para viabilizar o ingresso dos recursos, que as prestações de contas vêm sendo realizadas e que os valores retornados são reinvestidos no próprio projeto. Informou, ainda, que a aquisição das baterias, estimada em mais de R$ 3 milhões, foi desmembrada em dois lotes e que a área responsável está acompanhando o processo para que os desembolsos e respectivos reembolsos não produzam impacto indevido no caixa. Também foram discutidas as previsões de investimentos vinculados à educação, os recursos do Tesouro e os recursos diretamente arrecadados. Registrou-se que a proposta orçamentária para 2027 foi construída em novo sistema de planejamento e orçamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG e que os limites solicitados pela Empresa foram aprovados pelo Comitê de Orçamento e Finanças, conforme informado na reunião. Foi apresentado, ainda, comparativo histórico segundo o qual o orçamento passou de aproximadamente R$ 126 milhões em 2019 para aproximadamente R$ 214 milhões projetados para 2027. Durante os debates, o Conselho destacou a importância da apresentação prévia do plano, em atendimento ao Estatuto Social da EPAMIG, e registrou observações quanto às fontes de recursos, aos cronogramas de desembolso e reembolso do projeto com a CEMIG e à necessidade de acompanhamento da execução dos investimentos. Foi também solicitada informação quanto ao status das autorizações para os três cursos previstos, devendo ser disponibilizado ao Conselho o detalhamento dos cursos autorizados, inclusive com a respectiva data de autorização, quando da consolidação das informações. Não havendo outras manifestações, o ***Sr. Warley Couto registrou o parecer favorável do Conselho Fiscal ao Plano de Custeio e Investimento para o exercício de 2027***, mantendo-se as observações apresentadas durante a reunião, especialmente quanto às fontes de recursos, aos cronogramas de desembolso relacionados ao projeto com a CEMIG e ao acompanhamento dos investimentos. Passando-se ao segundo item da pauta, referente à deliberação das contas do 2º trimestre de 2026, foi realizada a apresentação da análise da Auditoria Interna e dos trabalhos da Auditoria Externa, com os respectivos esclarecimentos da área contábil e financeira. O Sr. Geraldo de Moura Leite Neto apresentou a análise fiscal e patrimonial do 2º trimestre de 2026, destacando resultado contábil negativo aproximado de R$ 13,14 milhões, influenciado majoritariamente pela provisão trabalhista de aproximadamente R$ 11,5 milhões. Ressaltou que a liquidez operacional permaneceu preservada, embora parte dos saldos esteja vinculada a investimentos e provisões, e recomendou o acompanhamento permanente dos passivos e do patrimônio líquido. No exame das contingências, foi esclarecido que a classificação dos riscos é realizada com base nas informações da área jurídica, distinguindo-se situações remotas, possíveis e prováveis, sendo constituídas provisões para os riscos classificados como prováveis e realizadas reclassificações trimestrais. A contingência trabalhista de maior impacto foi objeto de esclarecimentos quanto à sua reclassificação para precatório, devendo o tratamento do passivo e seus efeitos orçamentários e contábeis ser acompanhado trimestralmente. Quanto à Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD, a Sra. Polliette Alciléia Leite e a Sra. Luciana Paula Xavier Ribeiro esclareceram que a Empresa mantém planilha detalhada por cliente, com histórico dos saldos e das providências adotadas, incluindo situações judicializadas e ações de cobrança e protesto. Foi ressaltada a necessidade de manutenção do controle dos créditos, acompanhamento de sua recuperabilidade e inclusão, no relatório anual, de informações que permitam identificar a idade e a origem das contas a receber e da respectiva provisão. Em relação ao PERDCOMP e aos créditos de Imposto de Renda, foi informado que há processo em análise na Receita Federal e que a EPAMIG adota, conforme esclarecido, a opção pela restituição em vez da compensação. Registrou-se, ainda, que as certidões da Empresa encontram-se em dia e que prosseguem as medidas relacionadas ao pedido de imunidade tributária. A Auditoria Externa, segundo os esclarecimentos apresentados, realizou trabalhos por amostragem e validou saldos bancários, aplicações financeiras, folha de pagamento e ativo imobilizado. Foi apontada a necessidade de conciliação entre contas de fornecedores e cartões, a ser tratada pela Empresa. Não foram identificadas falhas críticas no 2º trimestre, tendo sido informado que recomendações anteriores vêm sendo incorporadas e acompanhadas. O Conselho Fiscal ressaltou o caráter preventivo e orientativo das recomendações das auditorias, reconhecendo que os trabalhos periódicos contribuem para o aperfeiçoamento dos controles, da governança e da qualidade das informações contábeis e financeiras. Após as discussões, o Conselho Fiscal deliberou por ***opinar favoravelmente sem ressalvas em relação à análise das contas do 2º trimester de 2026***, solicitando à Diretoria Executiva e às áreas responsáveis o acompanhamento e a adoção dos encaminhamentos decorrentes das recomendações das Auditorias Interna e Externa, especialmente*: (**i) inserir no relatório anual detalhamento por idade e origem das contas a receber e da provisão para créditos de liquidação duvidosa; (ii) monitorar e informar trimestralmente o tratamento da contingência trabalhista reclassificada como precatório; (iii) implementar as conciliações recomendadas pela*

Auditoria Externa, notadamente entre fornecedores e cartões, mantendo a documentação comprobatória para os trabalhos de auditoria; e (iv) manter a continuidade da gravação das reuniões e da disponibilização dos relatórios às áreas técnicas e aos membros do Conselho, em reforço à transparência. Como encaminhamentos adicionais, registrou-se a apresentação, na próxima prestação de contas, dos efeitos do evento Minas Láctea e das alienações e leilões realizados, bem como a continuidade do controle e da recuperação de créditos por meio da planilha compartilhada entre Auditoria Interna, Contabilidade e Jurídico, com a inclusão das respectivas evidências nos relatórios de efetividade. Ao final, a Chefe da Auditoria Interna informou que a Empresa está concluindo novo sistema de Ouvidoria, desenvolvido em parceria com a área de informática e governança, e que o Conselho Fiscal será convidado para conhecer o sistema quando de seu lançamento. Informou, ainda, sobre o processo de finalização de novo normativo disciplinar, em substituição a regramento anterior, com o objetivo de conferir maior segurança jurídica aos procedimentos internos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Warley Couto deu por encerrada a reunião às 17h, agradecendo a participação de todos. Eu, Flávia Rigueira Abou-Id, como secretária executiva do Conselho Fiscal, lavrei a presente ata que foi lida e aprovada.

Belo Horizonte, 14 de setembro de 2026.

Warley Couto

Érika Xavier Antônio

Ana Costa Rego

Documento assinado eletronicamente por **Erika Xavier Antonio**, **Conselheiro(a)**, em 23/09/2026, às 09:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Ana Costa Rego**, **Conselheiro(a)**, em 23/09/2026, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Warley Wanderson Do Couto**, **Usuário Externo**, em 23/09/2026, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **149742918** e o código CRC **4ABC99C0**.

Referência: Processo nº 3050.01.0001691/2026-54 SEI nº 149742918